

DIREITO CIVIL

01. Na compra ao pescador do lanço da rede, mesmo que nenhum peixe seja colhido, o contrato é válido, pois o que se comprou foi uma esperança. Neste caso, estamos diante do contrato de venda
- (A) a contento.
 - (B) com pacto comissório.
 - (C) de coisa esperada.
 - (D) de coisa futura.
 - (E) *ad corpus*.
-
02. Cessa o mandato pela
- (A) prescrição.
 - (B) preclusão.
 - (C) representação.
 - (D) revogação.
 - (E) reserva de iguais poderes no substabelecimento.
-
03. A apólice é o instrumento do contrato de seguro de vida. A respeito da apólice, pode-se afirmar
- (A) que são proibidas as apólices ao portador.
 - (B) que, havendo dúvida de interpretação, devem prevalecer as cláusulas gerais.
 - (C) que o segurador não é parte no contrato.
 - (D) que a classificação das apólices tem relevante interesse no seguro de vida.
 - (E) que a nota de cobertura não produz efeito algum.
-
04. A fiança produz efeitos entre credor e fiador. Para excluir sua responsabilidade, o fiador pode alegar exceções sob a denominação de benefícios, que são:
- (A) benefício de divisão e de contrato não cumprido.
 - (B) benefício de ordem e de incompetência em razão da matéria.
 - (C) benefício de retrofiança e de crédito secundário.
 - (D) benefício de ordem e de divisão.
 - (E) benefício de sub-rogação e de vinculação dos herdeiros.
-
05. A responsabilidade civil emerge do ato ilícito, nos termos do artigo 159, do Código Civil. Dentre outros, pode-se mencionar, como pressuposto do ato ilícito,
- (A) a distinção entre interesses privados e interesses comuns e coletivos.
 - (B) a violação de um preceito legal de tutela de certos interesses.
 - (C) a influência recíproca das jurisdições civil e criminal.
 - (D) a expansão de um direito paralelo ao dos Estados, de natureza mercatória.
 - (E) a eficiência das políticas públicas no campo econômico.

06. Se o menor tiver idade superior a dezoito anos, os pais podem conceder-lhe a emancipação, dada por escritura pública ou particular, cessam a incapacidade,
- (A) pela declaração de ausência dos pais.
 - (B) pela habilitação para dirigir veículos automotores.
 - (C) pela habilitação e conhecimento da língua portuguesa.
 - (D) pelo estabelecimento, com recursos próprios, de sociedade civil ou comercial.
 - (E) pelo ingresso em curso superior, através de concurso vestibular.
-
07. Segundo a teoria dominante, de IHERING, acolhida pelo Código Civil, a posse é
- (A) ficção jurídica.
 - (B) direito obrigacional.
 - (C) direito real.
 - (D) direito pessoal.
 - (E) mero fato.
-
08. O arrendamento perpétuo de imóvel, por parte do senhorio direto a pessoa que possa usar, gozar e dispor da coisa, com certas restrições, mediante pagamento de pensão anual, é
- (A) direito real de habitação.
 - (B) renda constituída sobre imóvel.
 - (C) penhor.
 - (D) enfiteuse.
 - (E) usufruto.
-
09. A fungibilidade não é propriedade natural da coisa, mas qualidade alterável pela vontade do homem, conforme o fim que tenha em mira ao formar a relação jurídica. A noção de fungibilidade estende-se ao objeto das obrigações de fazer. O serviço fungível
- (A) pode ser prestado por outra pessoa que não o devedor.
 - (B) não pode ser prestado por outra pessoa que não o devedor.
 - (C) supõe que pode o credor contratar *intuitu personae*.
 - (D) supõe que não é interessante ao credor sua execução por terceiro.
 - (E) pode ter por objeto prestação de dar coisa certa.
-
10. Os fatos jurídicos podem ser classificados em acontecimentos naturais extraordinários. Dentre eles, pode-se destacar
- (A) as ações humanas.
 - (B) a aquisição de direitos.
 - (C) o decurso de tempo.
 - (D) o ato ilícito.
 - (E) o *factum principis*.

DIREITO COMERCIAL

11. São consequências do exercício regular da atividade empresarial:
- (A) possuir o comerciante, legitimidade ativa para a ação de falência.
 - (B) possuir o comerciante, legitimidade para a impetração de concordata preventiva.
 - (C) possuir o sócio das sociedades limitadas, responsabilidade ilimitada sobre as obrigações sociais.
 - (D) possuir o comerciante, legitimidade ativa e passiva para a ação de falência.
 - (E) poder o comerciante emitir regularmente títulos de crédito no exercício de sua atividade.
-
12. O estabelecimento empresarial é formado
- (A) por todos os bens corpóreos e incorpóreos que são utilizados na exploração da atividade empresarial.
 - (B) apenas pelos bens de natureza material, como o estoque, os móveis e o imóvel.
 - (C) apenas pelos bens de natureza imaterial.
 - (D) apenas pelos bens que estão dentro do estabelecimento físico do comerciante.
 - (E) apenas pelos bens cuja propriedade pertence à sociedade mercantil.
-
13. A responsabilidade dos sócios nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada
- (A) não pode ultrapassar a contribuição de cada sócio para a constituição do capital social.
 - (B) é ilimitada, podendo o sócio que exerce gerência responder pessoalmente com seu patrimônio particular.
 - (C) é limitada ao total do capital social desde que esteja totalmente integralizado.
 - (D) é proporcional à contribuição de cada um dos sócios, independentemente do capital social estar ou não integralizado.
 - (E) será distribuída em razão da solidariedade dos sócios.
-
14. Cumpre à Diretoria, nas sociedades anônimas,
- (A) administrar a companhia, devendo prestar contas de seus atos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.
 - (B) executar as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração e representar a sociedade em seus atos negociais.
 - (C) deliberar, administrar e executar os atos inerentes à vida negocial da companhia.
 - (D) representar os interesses dos acionistas controladores na administração da sociedade.
 - (E) administrar os interesses de todos os acionistas da sociedade, através de deliberações que satisfaçam os anseios dos investidores.

15. No direito cambiário,

- (A) as notas promissórias e os cheques independem de protesto para constituírem títulos executivos contra seus emitentes.
- (B) o endosso funciona como instituto de garantia ao cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas no título.
- (C) o protesto é necessário para o exercício da ação de execução dos devedores principais da obrigação cambial.
- (D) a transferência das obrigações opera-se, em regra, ao portador.
- (E) os coobrigados são devedores solidários de todos os outros devedores da obrigação cambial.

16. Nos contratos bancários,

- (A) as operações passivas são aquelas em que o contratante fica devedor perante a instituição financeira.
- (B) as operações ativas são aquelas em que o banco fica devedor perante o contratante, como nos contratos de conta corrente.
- (C) nas operações ativas, o banco fica como credor do contratante, como por exemplo, nos contratos de mútuo.
- (D) as operações bancárias passivas são aquelas em que existe um devedor que não é a Instituição Financeira.
- (E) as operações ativas são aquelas em que o banco detém um crédito perante o contratante, como no caso do contrato de depósito.

17. Nas sociedades anônimas,

- (A) de capital aberto, os valores mobiliários de sua emissão são negociados apenas em bolsa de valores.
- (B) pode-se distribuir valores mobiliários sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários desde que a companhia seja fechada.
- (C) a responsabilidade dos sócios será limitada ao total do capital social subscrito.
- (D) serão classificadas em abertas e fechadas conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação em Bolsa de Valores.
- (E) quando abertas, poderão ser classificadas pela Comissão de Valores Mobiliários em categorias, segundo as espécies e classes dos valores mobiliários negociados no mercado.

18. Com relação aos contratos mercantis, é correto dizer que
- (A) o instrumento público é essencial para sua validade.
 - (B) inexistência de vulnerabilidade de um dos contratantes, pois as relações interempresariais são realizadas entre iguais.
 - (C) inexistência da atipicidade dos contratos que sempre serão realizados na forma exigida em lei específica.
 - (D) sua atipicidade é freqüente, já que os negócios jurídicos contratuais mercantis têm como fonte os costumes.
 - (E) dependem, para sua validade, de instrumento escrito.

19. Nos contratos de mútuo,

- (A) o objeto do contrato será sempre dinheiro.
- (B) por se tratar de contrato de empréstimo, não se pode convencionar remuneração em favor do mutuante.
- (C) pode-se exigir garantias do mutuário para o cumprimento da obrigação.
- (D) em razão da infungibilidade dos bens emprestados, deve-se devolver os mesmos bens.
- (E) os juros contratados não poderão ultrapassar 12% ao ano.

20. Compete ao Banco Central do Brasil

- (A) efetuar, como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais.
- (B) emitir moeda-papel e moeda metálica por conveniência econômica que ele próprio determina.
- (C) aplicar punições às instituições financeiras em razão de conduta de abuso de poder econômico.
- (D) fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto à compra e venda de ouro.
- (E) determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. O Estado brasileiro encontra-se organizado sob a forma federativa. Portanto, é vedado

- (A) subdividir ou extinguir qualquer dos estados ou dos municípios existentes.
- (B) criar territórios federais, extintos que foram com a Constituição de 1988.
- (C) o remanejamento, por lei, de competência tributária outorgada aos entes federativos.
- (D) aos municípios e aos estados criar leis contrárias à legislação federal.
- (E) à União intervir em estados-membros da federação.

22. Se a Constituição Federal afirma, peremptoriamente, que “ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (art. 5º, inc. II), tem-se que, no Direito Constitucional brasileiro,

- (A) há plena liberdade, para o indivíduo e para o Estado, de fazer tudo o que não for expressamente proibido por lei.
- (B) apenas a criação de deveres (obrigações) depende de lei, sendo que a criação de direitos é franqueada ao Poder Executivo, por meio de decretos.
- (C) o Chefe do Poder Executivo jamais poderá, validamente, editar qualquer ato normativo geral e abstrato que crie obrigações para os indivíduos.
- (D) as obrigações devem ser criadas, necessariamente, por meio de lei ordinária.
- (E) os decretos do Presidente da República devem ser mera explicitação de leis editadas pelo Congresso Nacional.

23. Sobre a responsabilidade de autoridades da República do Brasil, é possível afirmar que

- (A) os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por suas palavras, opiniões e ações, desde que externadas durante o mandato e em função deste.
- (B) a denúncia penal contra Deputado ou Senador somente poderá ser aceita pelo Supremo Tribunal Federal após autorização da Casa à qual pertencer o parlamentar.
- (C) nos crimes de improbidade administrativa, o Presidente da República responderá apenas se a acusação for previamente admitida por três quintos da Câmara dos Deputados.
- (D) os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Advogado-Geral da União são processados e julgados, nos crimes de responsabilidade, perante o Senado Federal.
- (E) compete à Câmara dos Deputados processar e julgar os membros do Conselho da República.

24. Sobre o regime constitucional do princípio da igualdade, tem-se que

- (A) as microempresas devem ter tratamento diferenciado, visando ao seu incentivo pela simplificação ou eliminação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.
- (B) as cooperativas devem ter tratamento diferenciado, sendo imunes aos impostos.
- (C) os templos de qualquer culto são imunes aos tributos em geral, salvo as contribuições de melhoria.
- (D) na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional.
- (E) a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deve ser privativa de brasileiro nato.

25. A Constituição Federal dedicou um capítulo específico para tratar da ordem econômica e financeira, tendo assegurado a liberdade de iniciativa. Isso significa que
- (A) apenas por meio de lei complementar ou por emenda constitucional poderá ser criado novo monopólio, vedando certa atividade à livre iniciativa.
 - (B) apenas por meio de emenda constitucional poderá ser criado, livremente, novo monopólio, vedando-se, dessa forma, certa atividade à livre iniciativa.
 - (C) jamais poderá ser criado novo monopólio, pois somente aqueles trazidos pela Constituição de 1988 podem subsistir validamente.
 - (D) atualmente, apenas a atividade nuclear e a atividade relacionada ao petróleo podem ser consideradas exceções à liberdade de iniciativa.
 - (E) automaticamente está assegurada a liberdade de concorrência, não podendo o Poder Público participar de atividades de cunho econômico.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Dentre as alternativas abaixo, indique a que **não** se aplica à contratação com dispensa de licitação, no caso de emergência:
- (A) Contratação de obras ou execução de serviços que possam ser concluídos em até cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos.
 - (B) Ocorre quando caracterizada a urgência de atendimento de situação.
 - (C) Pode ser utilizada, desde que demonstrado que aquela situação de emergência não foi causada por desídia administrativa.
 - (D) Serve para evitar que um dano maior e irreparável possa ser causado à pessoas e bens.
 - (E) A dispensa deve ser necessariamente justificada e comunicada, dentro de três dias, à autoridade superior e publicada na imprensa oficial, como condição para eficácia do ato.

DIREITO TRIBUTÁRIO

27. Assinale a alternativa **falsa** no que diz respeito às características do pregão.
- (A) Sua adoção dependerá do valor da contratação.
 - (B) Há possibilidade de renovação dos lances por todos ou alguns dos licitantes até chegar a proposta mais vantajosa.
 - (C) Escolha do vencedor através de propostas escritas e lances verbais.
 - (D) Podem participar do certame quaisquer interessados.
 - (E) Visa à aquisição de bens ou serviços de natureza comum.

28. A Administração pode anular o ato administrativo ilegal, desde que
- (A) seja autorizada pela autoridade que praticou o ato.
 - (B) o faça por questão de conveniência e oportunidade.
 - (C) sejam respeitados os direitos adquiridos.
 - (D) observado, previamente, o princípio do contraditório.
 - (E) autorizada previamente pelo Poder Judiciário.

-
29. Em relação à competência tributária residual, pode-se afirmar que
- (A) em qualquer hipótese, só poderá ser utilizada pela União Federal, desde que mediante Lei Complementar.
 - (B) em algumas hipóteses, poderá ser utilizada pela União Federal, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
 - (C) em algumas hipóteses, poderá ser utilizada pelos Estados e pelo Distrito Federal, desde que haja Lei Complementar autorizativa.
 - (D) em algumas hipóteses, poderá ser utilizada tanto pela União como pelos Estados.
 - (E) poderá ser utilizada pelos Estados para a instituição de outros tributos não previstos em sua competência privativa.

-
30. Lei Complementar da União instituiu Empréstimo Compulsório com o objetivo de absorver, temporariamente, o poder aquisitivo da população, devido ao processo inflacionário. Esse empréstimo compulsório
- (A) é constitucional, pois a matéria é urgente e de relevante interesse nacional.
 - (B) é constitucional, por haver sido instituído por Lei Complementar Federal.
 - (C) é inconstitucional, por não corresponder às hipóteses constitucionais do empréstimo compulsório.
 - (D) é constitucional, todavia, em qualquer hipótese, deverá obedecer ao princípio da anterioridade tributária.
 - (E) é constitucional, contudo, em virtude de sua relevância, não obedece ao princípio da anterioridade tributária.

-
31. Embora devidamente constituído, o crédito tributário tem sua exigibilidade suspensa em razão de
- (A) consignação em pagamento, anistia e remissão.
 - (B) remissão, anistia e liminar em mandado de segurança.
 - (C) liminar em ação cautelar, compensação e consignação em pagamento.
 - (D) consignação em pagamento e liminar em mandado de segurança.
 - (E) liminar em mandado de segurança e moratória.

DIREITO DO TRABALHO

32. João trabalha como empregado na empresa ABC LTDA., com jornada diária das 20 horas às 3h30min, com 30 minutos de intervalo para refeição e descanso, das segundas-feiras aos sábados. Com relação ao trabalho noturno e ao intervalo para refeição e descanso, é correto afirmar que

- (A) é devida a remuneração correspondente por toda a jornada de trabalho, já que presta seus serviços em horário noturno.
- (B) é devida a remuneração correspondente somente no horário que compreende das 22 horas ao término da jornada.
- (C) é incorreto o intervalo concedido para refeição e descanso de 30 minutos, já que o empregado trabalha mais de 6 horas diárias.
- (D) é correto o intervalo concedido para refeição e descanso de 30 minutos, já que o empregado trabalha menos de 8 horas diárias.
- (E) é computada normalmente, com sessenta minutos, não havendo tratamento especial, a hora trabalhada na jornada noturna.

33. Com relação aos adicionais salariais, é correto afirmar que

- (A) caso o empregado trabalhe em ambiente perigoso e insalubre, pode cumular os dois adicionais em seu salário.
- (B) o adicional de insalubridade incide em percentual a ser aplicado sobre o salário do empregado.
- (C) o adicional de periculosidade, que é pago de forma habitual, integra o pagamento do FGTS e do descanso semanal remunerado.
- (D) o adicional de periculosidade incide em percentuais variáveis (10%, 20% e 40%), conforme o grau mínimo, médio ou máximo.
- (E) o adicional de transferência incide quando o empregado é transferido provisoriamente, mas não quando em definitivo.

DIREITO INTERNACIONAL

34. Quanto ao DUALISMO e ao MONISMO, é correto afirmar que

- (A) o dualismo aceita a existência de ordens jurídicas coexistentes, independentes e autônomas.
- (B) o monismo defende a primazia do direito interno do país, haja vista a aplicação do direito ao caso em concreto.
- (C) a “teoria da incorporação” advém da corrente monista, que defende a primazia do direito internacional.
- (D) o dualismo incorpora a idéia de que, na ordem interna se obedece a um sistema de coordenação entre as normas e, no âmbito internacional, a uma relação de subordinação.
- (E) o dualismo tem como preceito a idéia de que todos os Direitos emanam de uma única fonte.

35. Com relação aos tratados, no procedimento legislativo brasileiro,

- (A) com a edição do decreto legislativo, o Congresso Nacional edita uma ordem para execução do tratado em nosso país.
- (B) a celebração e assinatura de um tratado, pelo Presidente da República, obriga internamente o nosso país.
- (C) somente após o decreto presidencial e respectiva publicação, o tratado pode ser aplicado de forma obrigatória, tal qual uma norma infraconstitucional.
- (D) é competência exclusiva do Presidente da República resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ao patrimônio nacional.
- (E) o tratado, no ordenamento brasileiro, encontra-se em um mesmo nível hierárquico que as normas constitucionais.

36. No que tange às Organizações Internacionais, é correto afirmar que

- (A) a OMC é fruto da transformação do GATT em organismo internacional.
- (B) o BIRD tem por finalidade evitar a depreciação das moedas dos países através da concessão de empréstimos.
- (C) na União Européia, o Conselho de Ministros é formado por representantes de cada Estado-membro, com o fim único de definir os objetivos comerciais da Comunidade.
- (D) o Mercosul, formado originariamente por Brasil, Argentina e Paraguai, pelo Tratado de Assunção, teve sua vigência comercial postergada por 2 (dois) anos, visando à adaptação dos países.
- (E) o Nafta está aberto para todos os países do continente americano, exceto os integrantes do Mercosul, que já possuem um regime jurídico próprio.

37. Quanto aos contratos internacionais, pode-se dizer que

- (A) a autonomia da vontade está limitada à aceitação ou não das condições propostas, podendo ou não a parte contratar.
- (B) circunstâncias políticas e econômicas, face à força obrigatória dos contratos, não extinguem a relação contratual anteriormente estabelecida.
- (C) ao se falar em contrato de compra e venda internacional, o aplicador do direito analisará e interpretará todos os elementos do contrato de adesão, haja vista a inexistência de características paritárias.
- (D) o princípio da boa-fé não é aplicado nos contratos internacionais.
- (E) para um contrato ser considerado internacional deve, necessariamente, um de seus elementos formadores estar vinculado a mais de um sistema jurídico estrangeiro.

38. Na arbitragem internacional,

- (A) as partes estão obrigadas a serem representadas por advogados habilitados durante o procedimento arbitral.
- (B) o tribunal arbitral está autorizado a aplicar medidas coercitivas contra as partes e terceiros.
- (C) o princípio do livre convencimento não foi acolhido pela Lei nº 9.307/96.
- (D) as normas brasileiras concernentes à arbitragem apenas serão aplicadas se a sede do tribunal arbitral estiver localizada em nosso país.
- (E) o procedimento arbitral, face à sua celeridade, é composto por uma única fase para a enunciação do laudo.

39. Na homologação de sentenças estrangeiras,

- (A) o Brasil adota o sistema da reciprocidade diplomática, isto é, a execução da sentença é condicionada à existência de tratado.
- (B) o STF não entra no mérito da sentença, verificando apenas a forma e se foram observados os requisitos legais para sua homologação.
- (C) o STF verifica o mérito da sentença proferida no país estrangeiro, a fim de evitar injustiças na má aplicação da lei.
- (D) quando da aplicação indireta, não se impõe o exame da ordem pública.
- (E) o sistema da delibação, consagrado na Itália, examina pormenorizadamente as questões de fato e de direito contidas na sentença a ser homologada.

40. Quanto aos seguros nos contratos internacionais, é correto dizer que

- (A) o ordenamento jurídico brasileiro não admite a contratação de seguros, fora do Brasil, para transportes internacionais.
- (B) é imprescindível que o dano ensejador do pagamento do risco coberto aconteça na vigência do contrato de seguro.
- (C) através do resseguro, a obrigação assumida por um segurador é compartilhada com outras empresas do ramo securitário.
- (D) o Instituto de Resseguros do Brasil detém o monopólio para instituição de resseguros em nosso país.
- (E) atualmente, as companhias seguradoras não estão obrigadas a ressegurar, no Instituto de Resseguros do Brasil, as responsabilidades civis que ultrapassarem o seu limite técnico.

INGLÊS

Leia o texto e responda as questões de números **41 a 45**.

Thinking Without Limits: Qualifications of the 21st Century CEO

By Stephen A. Unger

Possess Cultural Fluency

To succeed in the global environment, the 21st century CEO must possess a high degree of cultural fluency. As organizations expand globally and compete internationally, their CEOs must understand the challenges specific to each regional market. Each region has its own regulatory environment and style of doing business. Successful CEOs understand the need to adjust their communication style and timeline to the culture in which they are conducting business.

<http://www.careerpath.com/ows-bin/editorial.cgi/special/wolimits.htm>

41. According to the text, cultural fluency

- (A) is a concept that depends on regional markets.
- (B) is essential for specific business events in the area of communication and media.
- (C) promotes a high degree of foreign language fluency.
- (D) may be developed through technological evolution.
- (E) is very important for successful CEOs.

42. Successful CEOs should

- (A) expand globally, that is, both regionally and nationally.
- (B) avoid and control challenges because they generate communication conflicts.
- (C) develop their personal communication style and stick to it.
- (D) adapt their communication style to the environment they are working in.
- (E) establish strict timelines and ensure they are fulfilled.

43. The word “To” in the passage from the text “To succeed in the global environment...” can, without changing its meaning, be replaced for

- (A) In order to.
- (B) Because of.
- (C) So.
- (D) As.
- (E) Such as.

44. The word “they” in the passage from the text “...the culture in which they are conducting business.” refers to

- (A) the culture.
- (B) business.
- (C) successful CEOs.
- (D) communication style and timeline.
- (E) organizations.

45. The word “must” in the expressions from the text “must possess” and “must understand” expresses the meaning of
- (A) request.
 - (B) requirement.
 - (C) possibility.
 - (D) certainty.
 - (E) permission.

Leia o texto e responda as questões de números 46 a 50.

Poor change their habits

Brazilian entrepreneurs are taking note of the fact that although buying power has declined in recent years, people with low incomes do everything to maintain the habits acquired previously, especially after having entered the consumer market after the currency stabilization plan initiated with the Real Plan.

Economists’ suspicions about this fact were confirmed by data disclosed by AC Nielsen. Traditional items from the basket of basic food staples are losing space in the supermarkets. Between 2000 and 2001, rice, a staple in Brazilian meals, fell almost 1% in sales volume and sugar dropped 3.1%. But sales of bakery cakes rose 19%. Manufacturers of cookies and refrigerated products also have no reason to complain. Other items incorporated into consumer habits of the low middle class are the mobile phone, computer, motorcycle, 21-inch TV and airline ticket. AC Nielsen shows that even with the declining buying power of the average salary in recent years, the share in consumption of socio-economic classes C and D increased. From 1997 to 1999, the portion of economically active population rose from 46.8% to 48.2%, with the incorporation of portions of class E that gained and of B that lost income.

The sales growth in basic products has been stable in recent years, says Renata Aisen Wolf, a consultant in market development with Integration Consultoria Empresarial. Soft drinks, disposable diapers and household cleaning products, even with new product launches and innovations, have not persuaded the consumer to buy more than is necessary. But products for entertainment or individual and family enjoyment, like mobile phone, CD and DVD players and personal computer keep rolling out.

GAZETA MERCANTIL International Weekly Edition,
March 4 to 10, 2002

46. After the Real Plan,
- (A) buying power stabilized and only recently increased.
 - (B) Brazilian entrepreneurs noticed that industry promoted new habits.
 - (C) foreign currencies defined the fluctuation rate of the Brazilian currency.
 - (D) low income people entered the consumer market.
 - (E) poor people maintained the consuming habits they had before the Real Plan.

47. The sales volume of the following product increased:
- (A) cookies.
 - (B) refrigerators.
 - (C) rice.
 - (D) sugar.
 - (E) meals.

-
48. According to the second paragraph of the text,
- (A) the average salary of the lower-middle class increased.
 - (B) class E started to consume computers and mobile phones.
 - (C) the economically active population was larger in 1997.
 - (D) all economic classes now equally consume items like 21-inch TVs and airline tickets.
 - (E) the income of the socio-economic class B decreased.

-
49. According to the last paragraph of the text,
- (A) as a general rule, people don’t buy more than necessary.
 - (B) the increase in certain electrical appliances sales shows that people care about entertainment or individual and family enjoyment.
 - (C) new products and innovations boosted sales.
 - (D) low-income people are drinking more soft drinks.
 - (E) women are consuming more disposable diapers because their income is higher now.

-
50. AC Nielsen
- (A) proved that the Real plan was a good solution.
 - (B) took note of the entrepreneurs’ analysis.
 - (C) confirmed the economists’ suspicions.
 - (D) is specialized in low-income population behavior.
 - (E) identified that family entertainment is gaining importance.

Lea el texto a continuación y conteste de la pregunta 41 hasta la 50.

LA SITUACIÓN EN EL PAÍS VASCO

Rojo apuesta por listas conjuntas en los pueblos donde los ediles sufran amenazas

El secretario general del PSE, Javier Rojo, se ha pronunciado en contra de la enmienda anunciada por la agrupación socialista de Llodio, en la que se aboga por la dimisión de todos los concejales socialistas en pueblos donde no tengan responsabilidades de Gobierno, exceptuando las capitales. Como alternativa, Rojo propone la presentación de listas conjuntas de partidos políticos en los ayuntamientos donde los ediles sufren amenazas de ETA.

Sobre esta propuesta, Rojo ha señalado que votará en contra de la misma, ya que no comparte “que los concejales tengan que dimitir de su responsabilidad, porque hay una estrategia terrorista que justamente lo que pretende es esto. Puedo entender que **existan** compañeros que tengan ese sentimiento consecuencia de su propia situación, pero no les voy a hacer más favores a los terroristas. Si en esta Comunidad termina no habiendo concejales de unas determinadas formaciones políticas y abandonamos, algún día tendremos las bombas a la entrada del Parlamento, para que quienes no pensamos como ellos tampoco entremos”, ha augurado Rojo.

Para el dirigente socialista, “**si** en este país **consiguen** los terroristas que no existan concejales de determinadas formaciones políticas habremos perdido todos, y tendremos Gobiernos que no pintan nada. En aquellos ayuntamientos donde sólo un color político tenga que gobernar, como consecuencia de que los demás no nos podemos presentar, el alcalde será un **pelele**”.

Por ello, Rojo **ha propuesto** que “las fuerzas políticas democráticas, en aquellos sitios que no puedan presentarse porque nos quieren matar o nos quieren echar, tenemos que ir juntos a las elecciones, juntos a defender los intereses de la mayoría, para que los ciudadanos vean que vamos contra el terrorismo”.

Rojo **ha concluido** que este mensaje lo envía “para las formaciones políticas que puedan no entendernos porque todavía no tienen el aliento de los terroristas en su espalda, que sepan que han empezado por unos y que terminarán con todos”.

La propuesta de Llodio

La agrupación socialista de Llodio (Alava) ha realizado una enmienda a la ponencia base del congreso del PSE-EE en la que **aboga** por la dimisión de todos los concejales socialistas en pueblos del País Vasco. La propuesta fue realizada por Raúl Arza, el portavoz socialista en el ayuntamiento de San Sebastián que ayer dimitió de su cargo **tras** conocer el atentado contra su compañera de Portugalete Esther Cabezudo.

(El País, España, marzo de 2002.)

41. La alternativa propuesta por el Sr. Rojo tiene efecto directamente

- (A) regional.
- (B) provincial.
- (C) municipal.
- (D) nacional.
- (E) parlamentario.

42. La forma “existan”, en negrita en el texto, podría sustituirse, con igual sentido, por

- (A) hayan
- (B) tenga
- (C) haya
- (D) halla
- (E) tengan

43. El Sr. Rojo augura

- (A) que los terroristas alejarán a los socialistas.
- (B) que los ediles tienen que ser del mismo partido.
- (C) que nadie podrá quedarse en el ayuntamiento.
- (D) que sólo entrarán los concejales de oposición.
- (E) que los concejales tienen que ser del mismo partido.

44. La palabra “Rojo”, en el texto, es

- (A) El sobrenombre del señor Javier.
- (B) el sobrenombre del secretario general del PSE.
- (C) El apodo del señor Javier, del PSE.
- (D) el apellido del secretario general del PSE.
- (E) El hipocorístico del señor Javier, dirigente socialista.

45. Las palabras “si” y “consiguen”, en negrita en el texto, podrían sustituirse, según lo que dice el texto, correcta y respectivamente, por

- (A) se – lograr
- (B) cuando – logren
- (C) mientras – lograren
- (D) cuando – lograren
- (E) mientras – lograr

46. La palabra “pelele”, de acuerdo con el texto, quiere decir

- (A) gran jefe.
- (B) gran fuerza política.
- (C) aliado.
- (D) socialista.
- (E) inútil.

47. Si se substituyen las formas “ha propuesto” y “ha concluido” por otras, en pretérito perfecto simple y con igual concordancia, se tienen:

- (A) propuso – concluyó
- (B) propós – conlujo
- (C) propuse – concluye
- (D) propostó – concluyó
- (E) propone – concluye

48. El Sr. Rojo supone que

- (A) los terroristas persiguen a todas las formaciones políticas.
- (B) los terroristas actúan siempre por la espalda.
- (C) ya están todos sin aliento por lo del terrorismo.
- (D) no todas las formaciones políticas le comprenden la causa.
- (E) las formaciones políticas tienen que saber que el terrorismo aún no empezó.

49. La propuesta de Llodio

- (A) quiere la realización de una enmienda a la ponencia base del congreso.
- (B) plantea la salida de los concejales socialistas del País Vasco.
- (C) defiende la permanencia de los socialistas en San Sebastián.
- (D) va en contra de la salida de los concejales socialistas.
- (E) afirma que el pueblo vasco no quiere concejales socialistas.

50. Las expresiones “aboga” y “tras” quieren decir, según el sentido del texto y respectivamente

- (A) niega – al
- (B) niega – después de
- (C) defiende – después de
- (D) aclara – antes de
- (E) defiende – antes de

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

51. Ao se enviar uma mensagem através de um aplicativo para correio eletrônico, pode-se a ela anexar um arquivo. Esse recurso é conhecido como

- (A) *Attach file.*
- (B) *Append file.*
- (C) *Append data.*
- (D) *Include file.*
- (E) *Send data.*

52. Os endereços de correio eletrônico (*e-mails*) de interesse de um usuário podem ser guardados e organizados em um *browser*, através de um recurso conhecido como

- (A) *Address Book.*
- (B) *Address Bookmark.*
- (C) *Bookmarks.*
- (D) *E-mail Book.*
- (E) *E-mail Bookmark.*

53. Quando se copia um texto entre documentos do *MS-Word* 2000, caso a seleção inclua a marca de parágrafo ¶, a formatação que o *Word* copia inclui o estilo de

- (A) páginas e os formatos de seção adicionais aplicados ao parágrafo, sem copiar o estilo de caractere e os formatos de caractere.
- (B) parágrafo e os formatos de parágrafo adicionais aplicados ao parágrafo, sem copiar o estilo de caractere e os formatos de caractere.
- (C) caractere e os formatos de caractere adicionais aplicados à seleção.
- (D) parágrafo e os formatos de parágrafo adicionais aplicados ao parágrafo, o estilo de caractere e os formatos de caractere.
- (E) fontes e os formatos de fontes adicionais aplicados à seleção.

54. No *MS-Excel* 2000, a criação de gráficos

- (A) pode ser feita na própria planilha ou como um objeto incorporado a uma planilha.
- (B) não permite que eles sejam publicados em uma página da *Web*.
- (C) pode ser feita selecionando-se os dados e se utilizando o Assistente de desenho.
- (D) não pode ser feita sem o uso do Assistente de gráfico.
- (E) é feita da mesma forma que a criação de um relatório de um gráfico dinâmico.

55. O recurso do *MS-Excel* 2000 que agrupa várias seqüências de caracteres de texto em uma única seqüência de caracteres de texto chama-se

- (A) Aglutinar.
- (B) Agrupar.
- (C) Concatenar.
- (D) Emendar.
- (E) Unificar.

56. Para se duplicar um *slide* no *MS-Powerpoint* 2000, deve-se

- (A) ativar o Assistente de duplicação de *slides* no menu Ferramentas.
- (B) copiar o *slide* para a área de transferência do *Windows*, e clicar com o botão esquerdo do *mouse* no menu Duplicação.
- (C) copiar o *slide* para a área de transferência do *Windows*, e clicar com o botão esquerdo do *mouse* no menu Novo *slide*.
- (D) selecionar o *slide* e no menu Inserir, clicar com o botão esquerdo do *mouse* em Novo *slide*.
- (E) selecionar o *slide* e no menu Inserir, clicar com o botão esquerdo do *mouse* em Duplicar *slide*.

57. O *Windows* 2000 permite a inclusão de rotinas em arquivos (*script*) para a configuração do sistema durante a inicialização. A linha

```
net time \\sol /set /yes
```

de um *script* de *logon* permite que

- (A) a máquina sol acerte o relógio de todas as máquinas do domínio.
- (B) o relógio da estação de trabalho seja sincronizado com o relógio da máquina sol.
- (C) a estação de trabalho consulte o relógio da máquina sol para certificar o acesso do usuário.
- (D) o relógio da estação de trabalho seja com o relógio da rede universal.
- (E) o usuário faça uma consulta do horário atual do relógio da máquina sol.

58. A figura abaixo apresenta alguns itens de uma área de trabalho do *Windows*:



Cada um dos quatros itens é denominado, respectivamente, de

- (A) pasta, diretório, aplicação e arquivo.
- (B) diretório, atalho para arquivo, aplicação e arquivo.
- (C) pasta, atalho para pasta, aplicação e atalho para arquivo.
- (D) diretório, aplicação, atalho para arquivo e atalho para pasta.
- (E) pasta, atalho para pasta, arquivo e atalho para arquivo.

59. O endereço eletrônico que identifica uma informação na *Web* chama-se

- (A) *File Transfer Protocol*.
- (B) *Internet Object Address*.
- (C) *Object Locator Element*.
- (D) *Page Address Identifier*.
- (E) *Uniform Resource Locator*.

60. Com relação à *Internet*, os _____ normalmente possuem um recurso especial para o registro e organização de _____, para o caso de se precisar acessá-lo novamente, denominado _____.

Escolha a alternativa que completa, corretamente e respectivamente, os espaços no texto acima.

- (A) *sites*; endereços; *address book*.
- (B) *sites*; localizadores; *address book*.
- (C) *browsers*; localizadores; *bookmark*.
- (D) *browsers*; usuários; *file manager*.
- (E) *e-mails*; localizadores; *link storage*.